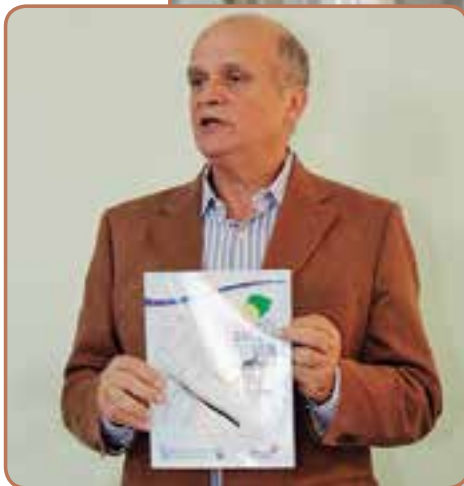
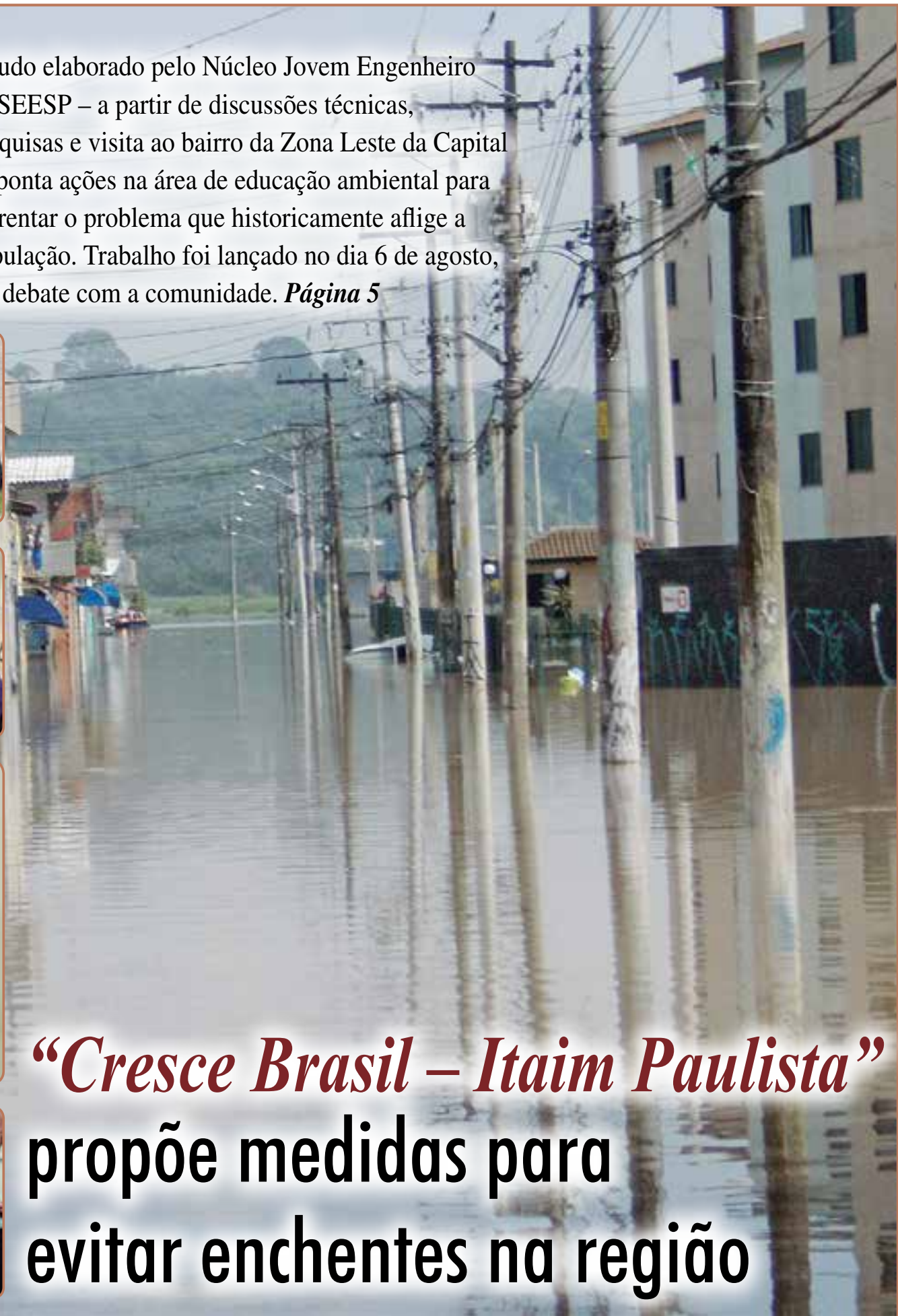


Je

Jornal do Engenheiro

Estudo elaborado pelo Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP – a partir de discussões técnicas, pesquisas e visita ao bairro da Zona Leste da Capital – aponta ações na área de educação ambiental para enfrentar o problema que historicamente aflige a população. Trabalho foi lançado no dia 6 de agosto, em debate com a comunidade. *Página 5*



“Cresce Brasil – Itaim Paulista” propõe medidas para evitar enchentes na região

Fotos: Beatriz Arruda

Felipe Grubby



O FUNDAMENTAL DEBATE DEMOCRÁTICO

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

O SEESP DEU A LARGADA, em 16 de agosto, a mais uma edição do ciclo de debates “A engenharia e a cidade”, que receberá os candidatos a prefeito de São Paulo e de vários municípios nos quais temos Delegacias Sindicais. A proposta dessa iniciativa, já tradicional na nossa entidade, é dar a todos os concorrentes a oportunidade de apresentar suas propostas, ouvir sugestões da plateia e também responder aos questionamentos colocados. A atividade tem dois princípios básicos. O primeiro deles é promover o debate democrático, em igualdade de condições, com todos os que estão na disputa, independentemente do partido ou da posição nas pesquisas de intenção de voto.

É fundamental que os cidadãos possam ter acesso qualificado àqueles que desejam ser governantes do local onde vivem. Nossa avaliação é que essa oportunidade – livre dos filtros do *marketing* – é extremamente valiosa e bastante importante para que se possa formar opinião e escolher conscientemente. Trata-se ainda de uma chance de ouvir ideias e opinião que, ainda que divergentes das nossas, possam nos ajudar a refletir sobre aspectos da realidade social e política e ampliar a nossa visão de mundo. Isso não significa mudar de lado, de candidato ou de posição, mas um estímulo para abrir os olhos e enxergar um panorama mais amplo.

O ciclo “A engenharia e a cidade” tem o objetivo duplo de oferecer a oportunidade a todos os candidatos de apresentarem suas ideias e de debater os temas que realmente interessam à população.

O segundo é contribuir para que prevaleça a discussão sobre os problemas da cidade e as soluções para esses. O período que antecede a eleição deve servir para que intensifiquemos o debate sobre como tornar as cidades locais melhores para se viver, abordando-se as questões mais prementes para a população. Nesse sentido, está sendo entregue aos candidatos a publicação “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento – Cidades”, produzida pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). O documento integra o projeto da entidade que já tem dez anos de existência e em 2016 foca os desafios dos municípios. O primeiro tema abordado nesta recente edição é matéria a qual o prefeito que

deseje realmente trabalhar precisa estar atento: como financiar as obras, projetos e serviços das cidades que têm, em geral, orçamentos deficitários. Um ponto defendido no documento, por exemplo, é que os estados deem suporte técnico aos municípios para a formulação de projetos qualificados e os bancos públicos avaliem essas propostas e decidam quanto à melhor combinação entre recursos reembolsáveis ou não, levando em conta o perfil da localidade. Essa seria uma alternativa à tradicional emenda parlamentar que pode obedecer mais a critérios eleitoreiros que técnicos. O “Cresce Brasil – Cidades” aborda ainda habitação, transporte e mobilidade, saneamento ambiental, iluminação pública e internet pública, infraestrutura que ganha cada vez maior importância na sociedade do conhecimento e é essencial à inclusão social. Ao unir esses dois aspectos, o estímulo ao debate democrático e a sugestão de propostas consistentes, os engenheiros esperam dar a sua contribuição à melhoria das cidades brasileiras e do nosso sistema político.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwlr5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: Setembro/2016. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ANATEC



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Anuncie no JE e divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

(11) 99173-0651
(11) 3284-9880



Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Um metrô nanico

Cid Barbosa Lima Junior

DE UMA COISA MUITO ME ORGULHO: ter trabalhado no Metrô de São Paulo. Década de 1970, recordes de execução. Hoje, todavia, o Metrô vem sendo alvo das manchetes de jornais, não mais por quebrar recordes de construção, mas por irregularidades. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) vem, recentemente, investigar os contratos da linha 5 – Lilás, que caminha a passos de tartaruga. Foi prometida para ser entregue em 2015, mas não terminará antes de 2019.

Essa linha teve suas obras paralisadas por seis meses, depois de o jornal Folha de S. Paulo mostrar que sabia o resultado da licitação, bem antes da abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas participantes.

A linha amarela, por sua vez, é a maior recordista de atraso e de lentidão, além de acidentes graves. Iniciada em 2005, resta por fazer quatro estações e concluir o pátio de manobras. Foi construída com uma PPP, em que o privado se sobrepõe ao público.

Além do TCE, o Ministério Público do Estado (MPE) também investiga os custos do contrato de reformas de trens (85% de um trem novo) e outro contrato com a Alstom, que se arrasta desde 2005 e deveria diminuir o tempo de espera entre os trens, encontra-se cheio de irregularidades. O sistema a ser implantado pela Alstom deveria utilizar novos trens, adaptados. Com o atraso, os trens encontram-se parados.

Esse contrato redundou em multa de 115 milhões à Alstom. Todavia, a empresa foi, recentemente, perdoada pelo governo do Estado, que ainda prorrogou o

Os últimos cinco governos estaduais construíram pouco mais de 24km. Linha Amarela é recordista de atraso e lentidão.

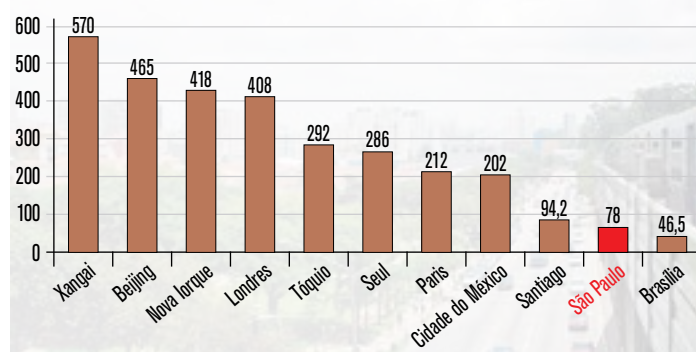
contrato. Os últimos cinco governos estaduais construíram pouco mais de 24km de linhas, jogando nosso metrô para as últimas colocações no ranking de quilômetros construídos (veja gráfico).

Nesse ranking não aparecem outras cidades, com linhas maiores que o do metrô de São Paulo, como Madri, Buenos Aires e outras.

A grande e batalhadora população de São Paulo não merece esse transporte nanico, mereceria sim mais quilômetros de Metrô, mais estações e, principalmente, mais respeito!

Cid Barbosa Lima Junior é engenheiro e membro do Conselho Editorial do JE.

Metrôs no mundo (em Km)



Fontes diversas

BRASIL, 2026





Lutar *contra a terceirização* desenfreada

Soraya Misleh

PROTEGER OS TERCEIRIZADOS da atividade-meio das empresas, trazendo benefícios e segurança a esses trabalhadores, ou retirar direitos de quem é contratado direto, sem a intermediação da mão de obra. Há dúvida sobre qual dessas duas possibilidades será contemplada em texto a ser aprovado no Senado, segundo Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Na sua análise, a regulamentação será uma realidade, e é preciso impedir que, nesse processo, abra-se espaço para a retirada de direitos.

É o que prevê o Projeto de Lei Complementar (PLC) 30/2015. Já aprovado na Câmara sob o nº 4.330/04 e em tramitação no Senado, tal inclui essa possibilidade em atividades-fim nas companhias e inclusive a chamada “pejotização” – em que o trabalhador é obrigado a abrir uma empresa para ser admitido e exercer função nas mesmas bases que se fosse contratado formalmente, porém sem quaisquer direitos, como férias e décimo terceiro. Segundo Toninho, há naquela Casa outras proposições com escopo menos abrangente (*veja quadro*). “Se depender da vontade do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), o texto a ser aprovado terá o condão de beneficiar os terceirizados sem prejudicar os que não são. Existe projeto nesse sentido e mesmo que não houvesse, poderia ser proposto um substitutivo. Porém, a pressão empresarial é pela aprovação do texto oriun-

Para o presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, é preciso mobilização pela garantia dos direitos.

do da Câmara.” Ele continua: “As principais causas são a redução de custos da mão de obra, já que os terceirizados recebem menos, trabalham mais, há pouco investimento em equipamentos de proteção, menos direitos e benefícios sociais.”

Segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) elaborado em 2014 e intitulado “Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha”, a jornada semanal desse segmento – que soma mais de 14 milhões de pessoas no Brasil, de um total de 47 milhões – chega a ser de três horas a mais do que o contratado via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). E a permanência no emprego se reduz à metade, dada a alta rotatividade – de 64,4%, ante 33% dos diretamente admitidos.

Como observa o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Germano Siqueira, os terceirizados ganham em média 30% a menos do que os primeiros. Além disso, de acordo com o Dieese, “de cada dez acidentes de trabalho no Brasil, oito acontecem com terceirizados”.

Crise não é desculpa

Um dos argumentos recorrentes do patronato em momentos de crise, como o atual, para tentar aprovar a terceirização



Toninho, do Diap: “Pressão empresarial é por aprovação de projeto que retira direitos.”

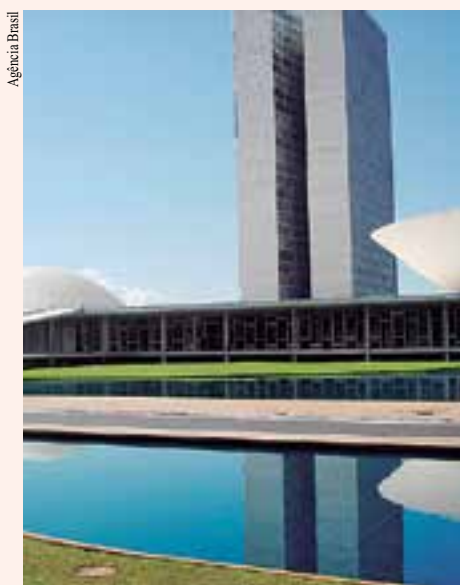
ilimitada é de que impedirá o fechamento de companhias, gerará ou manterá empregos. “Não há nenhum indicativo convincente de que empresas ‘quebrem’ por conta do modelo trabalhista brasileiro ou de que a economia tenha encolhido por conta da formalização nos limites da CLT”, assevera Siqueira. Para ele, é, portanto, falso o argumento de que a terceirização serviria à solução da crise no Brasil. Na sua opinião, ao invés disso, impactará negativamente a economia – ao reduzir a remuneração do trabalhador e consequentemente seu poder de compra, com reflexos deletérios sobre o mercado interno.

Na visão de Toninho, para evitar essa investida, é crucial ao movimento sindical manter a unidade de ação. Murilo Pinheiro, presidente do SEESP, enfatiza: “É preciso que a mobilização e a pressão sobre o Congresso Nacional e o Executivo sejam intensificadas, sob pena de profundo retrocesso. É inadmissível que se percam as conquistas alcançadas em décadas de luta e consolidadas na Constituição de 1988. Pelo contrário, temos que caminhar no sentido oposto. A precarização do trabalho é claramente nefasta ao conjunto da sociedade e ameaça nossas intenções de construir uma nação justa, democrática e desenvolvida.”

Principais projetos em tramitação no Congresso

- ✘ **PL 30/2015**, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), permite que qualquer atividade de uma empresa possa ser terceirizada. Aguarda leitura de requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS), que solicita a tramitação conjunta do PLS 300/2015 (o que já ocorre com os PLS 87/2010 e 447/2011).
- ✘ **PLS 87/2010**, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), abre a possibilidade de que a terceirização abranja qualquer atividade da contratante.
- ✘ **PLS 554/2015**, dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), regula os contratos de terceirização e distingue entre atividades essenciais (ou inerentes) e não essenciais (não inerentes ou ainda atividades-meio) como fator de legitimação legal da terceirização de serviços no Brasil. Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.
- ✘ **PLS 447/2011**, do senador Sérgio Souza (PMDB-PR), visa determinar a responsabilidade solidária da administração pública e da tomadora de serviços, com o respectivo prestador, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato e, em caso de dolo ou culpa, pelos trabalhistas.
- ✘ **PLS 300/2015**, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), limita a terceirização para a atividade-meio.

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)



Agência Brasil

“Cresce Brasil – Itaim Paulista” É LANÇADO

Deborah Moreira

O NÚCLEO JOVEM Engenheiro do SEESP lançou em 6 de agosto a publicação “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento – Itaim Paulista”. A atividade ocorreu no salão da Paróquia São José Operário, no bairro no extremo leste da Capital. Reunindo as conclusões do trabalho realizado pelos 47 voluntários que integram o órgão do sindicato, a iniciativa aponta propostas para melhorar a qualidade de vida da população do Itaim Paulista, que sofre há décadas com enchentes durante as chuvas de verão.

É um desdobramento do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Com tiragem de mil exemplares, a publicação foi distribuída aos presentes e membros de associações locais.

“Estudamos o bairro sob a perspectiva da engenharia, mas ao chegar aqui encontramos outra realidade. Identificamos os projetos de engenharia que estão sendo realizados por órgãos públicos (do Estado e da Prefeitura). Foi aí que percebemos que a necessidade dos moradores não era essa, mas sim de apoio para amenizar o impacto dos alagamentos e reduzir perdas materiais”, explicou no ensejo a coordenadora do Núcleo Jovem, Marcellie Dessimoni, que em seguida discorreu sobre as contribuições dos jovens.

Para sanar a falta de informação, principalmente no momento das chuvas, a proposta é o desenvolvimento de um aplicativo de fácil uso, em *smartphones*, para acionar diretamente órgãos competentes como a Defesa Civil. Além da produção de cartilha de educação ambiental e destinada a crianças e adolescentes e a organização de uma feira educativa com atividades de cultura e lazer. Também está prevista a criação de mais ecopontos na região.

Murilo Pinheiro, presidente do SEESP, enfatizou o engajamento do grupo na “bus-

ca por soluções factíveis”, ao encontro das demandas locais. Esforço que se combina com a ação da entidade em prol da sociedade como um todo. “Nosso sindicato discute questões da comunidade, da engenharia, da tecnologia, contribuindo para uma cidade melhor”, completou.

A ideia de contribuir com o bairro começou com uma doação de mantimentos e alimentos para as vítimas das enchentes, feita pelo Núcleo. Sensibilizados, engenheiros experientes, recém-formados e estudantes iniciaram um estudo de campo, em 7 de maio último. No dia 21 do mesmo mês, foi realizada a primeira reunião para análise dos dados coletados. Em 4 de junho, uma mesa-redonda reuniu especialistas para discutir problemas relacionados às inundações. Duas semanas depois, uma nova reunião consolidou o projeto, definindo ações e propostas que podem ser conferidas no [link](http://goo.gl/Mp4CPj) <http://goo.gl/Mp4CPj>.

Histórico

De acordo com os moradores do Itaim Paulista, o drama das inundações e alagamentos se repete ano a ano, desde a década de 1980. Consta no livro “O Itaim Paulista”, do historiador e professor Jesus Matias de Melo, uma ata de reunião ocorrida no dia 15 de abril de 1963, entre população e políticos locais. Já à época, indicava-se a seguinte reivindicação: “Dar vazão às águas que empoçam na Rua Barena, próxima à Rua México (133) e idem Rua Hurtado, esquina com Rua Itaim.”

Ainda conforme os relatos, uma mineradora explorava uma lagoa no bairro, com a escavação contínua de areia, nas décadas de 1960 e 1970. Depois, com o fim da atividade, instalou-se um lixão, que foi fechado a partir dos protestos dos moradores. No entanto, não há registros de compensação ambiental pela exploração da mineradora.

A região compreende uma área de 21,7 quilômetros quadrados e está situada em colinas que ladeiam as várzeas dos córregos Três Pontes, Tijuco Preto, Itaim, Lajeado e Água Vermelha, todos afluentes do Rio Tietê em sua margem esquerda. No centro do bairro, está o córrego Itaim. Com a urbanização, nos últimos quase 70 anos (até



O presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, conversa com a comunidade do Itaim Paulista sobre as sugestões contidas no “Cresce Brasil”.

a década de 1960 era considerado área rural), expandiu-se de modo radial, ao longo dos seus principais eixos viários: Estrada São Paulo-Rio, atual Avenida Marechal Tito, Estrada Dom João Nery, Estrada Tibúrcio de Souza e a linha ferroviária.

Em 1980 a região foi elevada à condição de distrito autônomo, desmembrando-se de São Miguel Paulista. A melhoria da infraestrutura, no entanto, não acompanhou o crescimento demográfico – dados do Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam uma população de 359.215 habitantes, incluindo o distrito de Vila Curuçá.

Presente ao lançamento, a dona de casa Marcia de Fátima Pereira, moradora há 25 anos do Jardim Romano, localizado na mesma região, contou: “Em 1988, quando comprei o terreno para construir, foi um dos momentos mais difíceis, quando descobrimos que o lugar inundava e vimos nossa casa com um metro de água.” Ela integra o Conselho Participativo e o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Várzea do Tietê, além de ter fundado, juntamente com vizinhos, a Associação dos Moradores do Jardim Romano (Ajamar). Atualmente, as principais reivindicações nesse bairro – onde foi construído um dique de contenção em 2011, que solucionou, ao menos nessa área, o problema dos alagamentos – são a regularização fundiária e a permanência das famílias em suas casas – para evitar mais desapropriações.



Trabalho foi desenvolvido pelo Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP e inclui propostas de educação ambiental e difusão de informações como forma de evitar as graves enchentes na região.



Meio século depois, *a atualidade do salário mínimo profissional* dos engenheiros

Rosângela Ribeiro Gil

HÁ 50 ANOS, a categoria alcançou importante conquista: a Lei 4.950-A, promulgada em 22 de abril de 1966. Com a nova norma, estabeleceu-se o piso profissional que não poderia ser inferior a “seis vezes o maior salário mínimo comum vigente no País para jornada diária de seis horas”. As horas excedentes deveriam ser remuneradas com acréscimo de 25%, que seria elevado para 50% a partir da Constituição de 1988.



Rosângela Ribeiro Gil

Deu origem à lei o Projeto 3.204, apresentado em 21 de julho de 1961 pelo então deputado federal Almino Affonso, eleito pelo estado do Amazonas pelo Partido Social Trabalhista (PST). À época em seu primeiro mandato, ele relata ter sido “instado a valorizar a categoria que deveria crescer em quantidade cada vez maior para a execução de vasto programa de desenvolvimento nacional”. “Elaborei o projeto inspirado no engenheiro e amigo Rubens Paiva (*deputado federal eleito em 1962 pelo PTB por São Paulo, preso, torturado, morto e desaparecido em janeiro de 1971*)”, esclarece Affonso, hoje com 87 anos de idade.

Naquele momento, os engenheiros somavam pouco mais de 10 mil profissionais em todo o território nacional, conforme dados do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea). Hoje, quando já são cerca de 1,3 milhão, o ex-parlamentar defende a pertinência da lei. “A minha propositura está mais atual do que nunca”, observa Affonso, que também foi ministro do Trabalho do governo João Goulart, em 1964. A posição é confirmada pelo presidente do SEESP e da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Murilo Pinheiro: “A luta pelo cumprimento da Lei 4.950-A/66 é bandeira permanente e prioritária das nossas entidades. Trata-se de assegurar aos profissionais remuneração minimamente justa com a consequente valorização.” Tal questão inclusive constava da justificativa do projeto do deputado.

Ainda em 1961, o PL 3.204, em apreciação em três comissões técnicas da Câmara

– Constituição e Justiça, Servidores Públicos e Finanças –, recebeu pareceres favoráveis e foi aprovado por unanimidade em todas elas. Em um desses relatórios, era reforçado o bom propósito da matéria de incentivar a formação desses profissionais “através de remuneração condigna”. Todavia, a matéria recebeu, na sequência, emendas e até um substitutivo, passando outras vezes pelas comissões da Casa; e no Senado também foram inseridas emendas, até a sua redação final.

Como lembra Affonso, apesar da inicial recepção positiva, o projeto enfrentou as intempéries do momento. “Estávamos num período político convulsionado, tínhamos a renúncia do presidente Jânio Quadros”, pontua. A matéria levou quase cinco anos até a sua promulgação pelo Congresso Nacional, após ser vetada pelo então presidente Marechal Humberto Castello Branco. Cassado pelo golpe civil-militar de 31 de março de 1964, Affonso não pôde acompanhar esse processo até a conclusão. “Tive que sair do País”, lamenta. Ele retornou depois de 12 anos de exílio. “Só quando voltei fui informado que o meu projeto tinha sido aprovado. Isso é para dizer que o meu mérito é bem pequeno nessa conquista. Mas é claro que fiquei na maior alegria.”

Luta e vitórias

A partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988, a Lei 4.950-A passou a enfrentar questionamentos quanto a ter sido ou não recepcionada pela Carta Magna. O presidente da FNE, nessa questão, explica que há empregadores que recorrem ao artigo constitucional segundo o qual não pode haver indexação financeira ao salário mínimo para contestar a regra. “Como diversos juristas, inclusive o ex-ministro Francisco Rezek (*do Supremo Tribunal Federal*), já esclareceram e a Justiça Trabalhista tem entendido em várias partes do Brasil, isso não se sustenta”, afirma Pinheiro. Ele lem-

bra que o piso diz respeito à remuneração pelo trabalho assalariado e, portanto, não se encaixa no veto da Constituição. “O uso dessa artimanha, além de não prosperar perante a Justiça, significa a falta de compreensão em relação à importância de assegurar remuneração minimamente adequada aos profissionais qualificados”, critica.

Segundo Pinheiro, para enfrentar desafios como esse, além de recorrer à Justiça, a FNE tem “atuado, em apoio aos nossos sindicatos filiados, com negociação, mobilização e até greves, para garantir que as empresas respeitem o piso”. Como a Lei 4.950-A/66 não é válida para os engenheiros estatutários, uma luta da federação é para que seja feita uma emenda à Constituição assegurando aos funcionários públicos os pisos salariais determinados em lei para sua categoria profissional.

Enquanto esse processo não avança, a federação e os sindicatos têm atuado para que os municípios e estados adotem o valor estabelecido na legislação federal como referência para a remuneração dos profissionais. Segundo Pinheiro, várias administrações no País aprovaram planos de carreira com salários compatíveis com a revalidação, “demonstrando sua compreensão quanto à importância dos engenheiros para o desenvolvimento local e bem-estar da população”. Ele ressalta que essas vitórias, “obviamente, exigem mobilização, organização e esforço de negociação”.

Conforme reportagem do **Engenheiro**, publicação da FNE, de junho último, a reivindicação por remuneração compatível com a Lei 4.950-A/66 obteve novas vitórias, entre elas, na cidade de São Paulo (SP). No município, a luta da categoria culminou com a promulgação da Lei nº 16.414, de 1º de abril deste ano. Confira essa e outras conquistas, assim como o histórico da tramitação do projeto que deu origem à lei do salário mínimo profissional, em <http://goo.gl/U6Sd7q>.

Categoria, em todo o País, tem lutado e conquistado vitórias importantes pelo cumprimento da lei do piso, principalmente nas administrações públicas.

Ajuda para superar obstáculos na reta final do ano

Os últimos meses de 2016 serão desafiadores para a área de engenharia no País. A avaliação é de Tadeu Ferreira, diretor de Relacionamento do Grupo Aprimorha – Outplacement e Coach. A instituição firmou convênio com a Delegacia Sindical do SEESP em Campinas para atender aos associados da região oferecendo 20% de desconto na orientação à

elaboração de currículos. Para obter mais informações e usar os serviços, os interessados devem entrar em contato pelo telefone (19) 3368-0204 ou *e-mail* campinas@seesp.org.br. Nesta entrevista ao Engenheiro XXI, Ferreira aborda a conjuntura do mercado de trabalho e adianta dicas úteis para que os profissionais conquistem as vagas disponíveis.



Tadeu Ferreira: “O lado comportamental está falando muito alto no momento.”

O que o profissional da área de engenharia recém-formado e o que deseja se recolocar no mercado podem esperar neste quadrimestre final do ano?
Será um período muito desafiador. Teremos poucas posições, por isso toda atenção na hora de fazer os currículos. E tem destaque quem mantém *networking* ativo e bem feito.

Quais as dicas para quem quer se diferenciar no mercado de trabalho?
Os profissionais concorrem com muitas pessoas tecnicamente semelhantes. Por isso, o lado comportamental está falando muito alto no momento de uma contratação e fazendo a diferença.

Qual a melhor apresentação profissional?
Atualmente, não há regras fixas a seguir porque o mercado está bem amplo e diversificado. Há, sim, convenções sociais

que definem o que o entrevistador espera, aí entram a apresentação moderna do currículo e o LinkedIn, por exemplo.

A Delegacia Sindical do SEESP em Campinas fechou um convênio com o Grupo Aprimorha.
Sim. Fechamos uma parceria para palestras e serviço de recolocação no mercado de trabalho. Nossa metodologia vai desde revisão do currículo, elaboração de LinkedIn, simulação de entrevista até orientação quanto à recolocação e empregabilidade.

Quais as modalidades da engenharia em alta?
Qualquer engenharia relacionada à energia renovável está em alta no Brasil.

Qualificação

Isitec realiza III Seminário de Inovação

O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) promove no dia 23 de setembro, das 9h às 17h, o III Seminário de Inovação, que terá o tema “Inovação na Educação”. A atividade acontece na sede da instituição, na Rua Martiniano de Carvalho, 170, Bela Vista, São Paulo. Inscrições e informações em www.isitec.org.br.

Programação

9h	Abertura
9h30	Palestra – Jesulino Bispo dos Santos – Ferramentas e materiais para desvendar o universo (Astrofísica)
10h	Oficina – Equipe do Laboratório Nacional de Astrofísica – Demonstração de elementos óptico-mecânicos utilizados em instrumentação astronômica
11h	Palestra e oficina – Marcelo Hashimoto – Harmonizando o físico e o digital no ensino
12h30	Intervalo para almoço
14h	Palestra e oficina – Murilo Sanches – Gamificação
15h30	Palestra e oficina – Marcelo Oliveira – Conceitos e aplicações de tecnologia 3D
17h	Encerramento

Nossos convênios

Curso de perícias judiciais

Estão abertas as inscrições para o curso de perícias judiciais de 27 a 30 de setembro próximo, das 18h30 às 22h15, no Sindicato do Comércio Varejista de Ribeirão Preto (Rua Lafaiete, 394, no Centro de Ribeirão Preto). Mais informações pelos telefones (53) 3231-3622 e 0800-600-3622, *e-mail* fernanda@manualdepericias.com.br e no *site* www.manualdepericias.com.br. Desconto de 10% aos associados do SEESP.

União Cultural no Paraíso

Centro binacional de excelência no ensino da língua inglesa, com o Certificate of Excellence em 1994. Turmas com no máximo 12 alunos. Fica na Rua Teixeira da Silva, 560, 1º andar. Mais informações pelo telefone (11) 2148-2900, *e-mail* atendimento@uniaocultural.org.br e em www.uniaocultural.org.br. Desconto de 10% aos associados e dependentes nos cursos fundamentais extensivos (semestre letivo) e semi-intensivo (bimestral).

Celleg Ensino de Idiomas

Matrículas abertas para os cursos de inglês e espanhol a partir de 15 anos de idade nas unidades na Capital, Grande São Paulo e Campinas. Descontos de 10% para grupos regulares em inglês e espanhol. Mais informações pelos telefones (11) 3199-5802, 2125-3255, 3742-7728 e 3123-5537 e no *site* www.celleg.com.

Inglês em 18 meses

Essa é a proposta da escola de idioma Wise Up. Mais informações pelo telefone (11) 94031-4081, *e-mail* roseandrade@wiseup.com.br e no *site* www.wiseup.com. Descontos de 10% na taxa da matrícula; 20% nas mensalidades até o vencimento; e 20% no material.





Aprovado acordo com a Cteep



Fotos: Beatriz Arruda

Assembleia da categoria aprova reajuste de 9,32%.

Os engenheiros da Cteep aprovaram a contraproposta da empresa com reajuste de 9,32% (IPCA/IBGE), retroativo à data-base (1º de junho). Ficou em 12% o reajuste dos vales-alimentação, refeição e cesta básica e em 9,32% dos demais benefícios. A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) corresponderá a 35% da remuneração

base do mês de dezembro de 2016 – também está garantido um valor fixo, de até R\$ 5.192,70, com adiantamento de R\$ 3.500,00, que serão pagos no dia 15 de setembro de 2016. Demais cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho, válido até 2017, foram mantidas. As assembleias aconteceram nos dias 19, 20, 21 e 22 de julho.

Encerrada campanha salarial na AES Eletropaulo

Em assembleias ocorridas em Barueri e São Paulo, nos dias 28 e 29 de julho, respectivamente, foi aprovada a contraproposta apresentada pela AES Eletropaulo durante reunião ocorrida no dia 18 de julho último. O acordo prevê reajuste salarial de 7% retroativo a junho de 2016 e 1,25% em dezembro do mesmo ano, totalizando 8,34%. O vale-refeição teve reajuste de 20,25% e o vale-alimentação de 26,5%. Ambas as correções foram parceladas, com parte aplicada em junho de 2016 e o restante em dezembro próximo. O salário limite para o recebimento desses benefícios, já corrigido em 9,34%, é R\$ 8.500,00.

Pagamento de até R\$ 10.000,00 (12,35% de acréscimo em relação a 2015) de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), desde que atingidas as metas, com adiantamento de R\$ 5.100,00 em 12 de setembro de 2016.

Em assembleias ocorridas em todo o Estado no dia 5 de agosto último, os engenheiros, que já haviam decretado indicativo de greve, aprovaram a contraproposta da Cesp, com reajuste salarial retroativo a 1º de junho de 2016 de 9,98%. O valor do auxílio-alimentação/lanche matinal subiu para R\$ 855,00 mensais e a cesta-base para R\$ 285,00. Os demais benefícios serão reajustados em 9,98%, também a partir de 1º de junho. O Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência de um ano.

Categoria conquista 9,44% de reajuste na Duke Energy

Os engenheiros da Duke Energy aprovaram, em assembleias ocorridas em São Paulo e Chavantes, nos dias 5 e 6 de julho respectivamente, a contraproposta final da empresa de reajuste de 13,5% nos vales-alimentação e refeição e de 9,44% nos salários e demais benefícios. O acordo contempla ainda auxílio-refeição de R\$ 1.165,92 mensais (desconto de 0,1% a 7,5% de acordo com faixa salarial). O

valor pode ser revertido em vale-alimentação em 100%, 30% ou 20%. Os engenheiros terão direito ainda a auxílio-transferência de R\$ 12.000,00, mais ressarcimento das despesas com transporte e de 14 dias de hotel. A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) será equivalente a 1,15% do lucro líquido da empresa, sendo 60% distribuído linearmente e 40% proporcional ao salário.

Engenheiros e AES Tietê fecham acordo

Em assembleia ocorrida no dia 5 de agosto, os engenheiros da AES Tietê aprovaram a proposta de reajuste salarial de 9,32%. O piso salarial ficou em R\$ 7.920,00. O vale-alimentação teve reajuste de 13,13% e o vale-refeição, de 15,05%. A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) foi reajustada em 9,62% com antecipação de R\$ 5.700,00 em 12 de setembro de 2016. O número de bolsas de estudo para graduação foi reduzido de 60 para 40, porém

com reajuste de 63,68%, subindo de R\$ 601,76 para R\$ 985,00. Houve aumento da quantidade de bolsas de estudo de idiomas de 20 para 25, com reajuste de 9,32%, de R\$ 300,88 para R\$ 328,92. Com relação ao gerenciamento de pessoal, o quadro mínimo efetivo foi alterado de 300 para 320 postos de trabalho. O plano de carreira tem previsão de implantação em janeiro de 2017. A vigência do Acordo Coletivo de Trabalho é de dois anos.

Assembleias da Cesp aprovam 9,98% de reposição salarial

Em assembleias ocorridas em todo o Estado no dia 5 de agosto último, os engenheiros, que já haviam decretado indicativo de greve, aprovaram a contraproposta da Cesp, com reajuste salarial retroativo a 1º de junho de 2016 de 9,98%. O valor do auxílio-alimentação/lanche matinal subiu para R\$ 855,00 mensais e a cesta-base para R\$ 285,00. Os demais benefícios serão reajustados em 9,98%, também a partir de 1º de junho. O Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência de um ano.

A Delegacia Sindical do SEESP em Taubaté realiza, em 8 de setembro, às 19h, a palestra “Sistema construtivo Light Steel Frame: uma abordagem geral do método e sua aderência no mercado construtivo atual”, com o engenheiro civil Robson Machado, CEO da Allmas -

Becari integra Conselho de C&T em Piracicaba



Becari: “Participação importante na vida da cidade.”

Tomou posse como integrante do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia da Câmara Municipal de Piracicaba, o engenheiro Walter Antonio Becari, presidente da Delegacia Sindical do SEESP na localidade. A posse foi em 1º de agosto, durante a primeira reunião do semestre, após o recesso parlamentar. O mandato vai até junho de 2018. As reuniões do conselho ocorrem periodicamente, sempre na primeira segunda-feira do mês. “Trata-se de uma importante conquista para a categoria. São nos conselhos que podemos interagir e participar da vida pública da cidade”, afirmou Becari.

Taubaté tem palestra sobre sistema construtivo em aço

A Delegacia Sindical do SEESP em Taubaté realiza, em 8 de setembro, às 19h, a palestra “Sistema construtivo Light Steel Frame: uma abordagem geral do método e sua aderência no mercado construtivo atual”, com o engenheiro civil Robson Machado, CEO da Allmas -

Steel Frame, e seu representante de vendas, João Vilhena.

Mais informações sobre a atividade pelos telefones (12) 3633-5411 e 3633-7371 ou e-mail taubate@seesp.org.br. A palestra é na sede da Delegacia (R. Venezuela, 271 – Jardim das Nações – Taubaté).

Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Anuncie no JE e divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

(11) 99173-0651 – (11) 3284-9880

